



Núcleo de Assuntos Econômico-Fiscais

Flávio Leitão Tavares
José Fernando Cosentino Tavares
Márcia Rodrigues Moura

OBSERVAÇÕES SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2013

ASPECTOS FISCAIS

RECEITAS

(Versão Preliminar)

Nota Técnica No 18/12

(18 de Setembro)

SUMÁRIO

I – CENÁRIO MACROECONÔMICO PARA 2012 E 2013	2
II – RESULTADOS E METAS FISCAIS	3
III – AVALIAÇÃO DA RECEITA	5
III – OBSERVAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A DESPESA	9
TABELAS ANEXAS.....	11

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados os autores e a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados. Este trabalho é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.

Endereços na Internet:

<http://www2.camara.gov.br/conheca/estruturaadm/conof>

<http://intranet2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil>

E-mail: conof@camara.gov.br

I – CENÁRIO MACROECONÔMICO PARA 2012 E 2013

1. **Parâmetros superados** A proposta orçamentária chega ao Congresso desatualizada. Ela subestima a inflação e superestima o crescimento real deste ano – e do próximo, como por exemplo, no cotejo com as expectativas dos analistas do mercado financeiro levantadas pelo Banco Central.
2. De acordo com a Mensagem, estima-se crescimento econômico de 3% em 2012 e 4,5% em 2013, graças à ampliação do mercado consumidor do País. Na data-limite para o encaminhamento do projeto de lei orçamentária, o IBGE divulgou o que o índice de atividade econômica do Banco Central e outros indicadores já vinham mostrando: o País avançou somente 0,6% no primeiro semestre. O país não crescerá nem mesmo 2,5% em 2012, como previa o Relatório de Inflação do Banco Central, por mais bem sucedidas que venham a ser as medidas que continuam sendo adotadas de estímulo à produção e ao consumo. Os citados analistas em 31 de agosto calculavam menos de 1,7%, e o prognóstico continua piorando. Antes mesmo de divulgar a 4ª avaliação, o Ministro da Fazenda (em 13/9) admitiu 2%.
3. O crescimento mais forte em 2013, no entanto, pode resultar dos estímulos adotados desde o segundo semestre de 2011 pelo governo, em particular a redução dos juros reais (hoje na casa dos 2%), e a evolução recente de diversos indicadores da atividade econômica permite aceitar a hipótese de que o ano se encerre com crescimento anualizado de até 5% (e carregamento de 1,7%).
4. A inflação medida pelo IPCA foi prevista em 4,7% para 2012 na proposta. Em 2013, voltaria ao centro da meta de inflação. O índice já acumula 3,18% até agosto e 5,24% em 12 meses. O mercado prevê para o ano 5,2%, e subiria para 5,5% em 2013, mesmo com crescimento e juros menores. Alguns avaliam, por outro lado, que a redução das tarifas de energia elétrica poderia abrandar a variação dos preços entre ½ ponto e 1 ponto de percentagem em 2013, embora considerem outros fatores empurrando a inflação para cima, como o eventual aumento dos combustíveis e o fim de algumas desonerações de IPI.
5. Relativamente ao juro básico da economia, a proposta supõe a taxa estável em 8% até 2013, última meta para a Selic adotada pelo Copom antes do encaminhamento da proposta. O mercado já previa em 27 de julho 7,5% a.a. em fim de período para 2012, e agora 7,25%. Em 29 de agosto, o Copom a reduziu para 7,5%. Para 2013, o mercado supõe que a taxa voltará a subir no fim do período.
6. O cambio médio em 2012 será de R\$ 1,95, e de R\$ 2,03% em 2013.¹ Como referência, a moeda norte-americana valeu em média R\$ 1,91 até agosto. O mercado concorda com uma pequena alta em 2013.
7. **Frustração de receitas da RFB em 2012** A 3ª avaliação de receitas e despesas de 2012, em que supostamente se baseou o Executivo para elaborar as estimativas e projeções da proposta orçamentária, refletiu um cenário de crescimento difícil de se materializar. Por essa e outras razões, desde o decreto de programação financeira, em fevereiro, até julho, a estimativa de receitas administradas pela RFB, brutas de

¹ Em tabela da pg. 59 da Mensagem. Na pg. 62, no entanto, a informação é de variação média do dólar nula.

transferências a estados e municípios, para todo o exercício, recuou R\$ 23,2 bilhões, e ocorreram novas frustrações elevadas no 4º bimestre, da ordem de R\$ 11 bilhões. Essa enorme perda vem sendo compensada a cada avaliação bimestral pela reestimativa de outros itens de receitas e despesas, de forma a permitir, até a 3ª avaliação, que a despesa total aumente e que os limites de empenho e movimentação financeira não sofram alteração. A receita primária baixou R\$ 2,4 bilhões desde o primeiro decreto de programação financeira, mas a receita líquida de transferências a estados e municípios subiu R\$ 4 bilhões.

II – RESULTADOS E METAS FISCAIS

8. **Dívida em queda** Novas quedas da dívida líquida do setor público consolidado são dadas como certas na LDO e pelos analistas ouvidos pelo Banco Central no boletim Focus. Para 2013 a proposta orçamentária prevê que chegue a 32% do PIB², enquanto os citados analistas, 34% do PIB, pois trabalham com expectativa de menores superávits primário e crescimento, tanto em 2012 quanto em 2013.
9. A dívida líquida do setor público consolidado cai desde 2003, exceto durante a curta recessão de 2009, quando voltou a 42,1% do PIB (dezembro). Retomou a antiga trajetória e chegou, com a ajuda da desvalorização cambial recente, a 34,9% do PIB em julho de 2012.³ A proposta contempla a hipótese de que caia a 34,3% do PIB ao fim de 2012.
10. A dívida bruta do governo geral, por sua vez, que tinha tido recuo histórico para menos de 55% do PIB e assim permanecido durante todo 2011, voltou a crescer e registrou em julho o equivalente a 57,6% do PIB, com o aumento, principalmente, das operações compromissadas do Banco Central.
11. **Piora do resultado primário** A rigor a proposta contempla para 2013 a queda do resultado primário do setor público consolidado, dos 3,1% do PIB pretendidos na LDO, para 2,63% do PIB, com a hipótese de uso pelo governo federal do abatimento das despesas do PAC e PBSM no montante de R\$ 25 bilhões.⁴ De qualquer maneira, a LDO vai além e permite o abatimento da meta em R\$ 45,2 bilhões, ou 0,91% do PIB, que, se utilizado plenamente, levaria o saldo primário consolidado a 2,22% do PIB, e o da União, de 2,17% do PIB a 1,26% do PIB.
12. O superávit obtido pelo setor público manteve-se acima de 3,2% do PIB entre 2002 e 2008 (3,8% do PIB em 2005). Em 2009, na crise, houve alteração da meta primária para 2,5% do PIB, mas o resultado foi de apenas 2% do PIB.⁵ O resultado consolidado em

² A Mensagem presidencial difere da Ministra do Planejamento, em sua apresentação da proposta, que previu a queda para 32,7% do PIB.

³ Tal redução decorreu de superávits primários anuais elevados entre 2003 e 2008, crescimento médio de quase 4% entre 2003 e 2011 e da diminuição dos juros líquidos. Os dados do Banco Central mostram que esses juros representaram 8,5% do PIB em 2003, e passaram a menos de 5,3% do PIB, acumulados nos 12 meses encerrados em julho de 2012.

⁴ Nos termos da Mensagem, pg. 59: "Para 2013, os projetos totalizam R\$ 52,2 bilhões, valor correspondente a 1,0% do PIB, mas o Poder Executivo estima abater R\$ 25,0 bilhões da meta fiscal definida no art. 2º da LDO 2013".

⁵ A despeito de um grande esforço de arrecadação, medidas expansionistas no âmbito fiscal e queda da atividade econômica afetaram receitas e despesas. Foi o menor desde o exercício de 1998, e pela primeira vez abaixo da meta consolidada estabelecida pela LDO. A diferença de 0,5% do PIB em relação à meta foi coberta, também de forma inédita, com a execução do PAC.

2010, de 2,7% do PIB, só foi conseguido, mesmo que a economia tenha crescido mais de 7,5%, com artifícios variados, o principal deles a cessão onerosa de barris de petróleo da União à Petrobras a preço superior ao do gasto com o aumento da participação do Tesouro no capital da empresa.⁶ Em 2011, a situação se inverteu, com crescimento da economia pouco acima de 2,7%, mas superávit primário de 3,1% do PIB.

13. **Metas nominais em alta em relação ao Produto** A fixação das metas em reais na LDO, procedimento em vigor desde 2011, significou seu aumento em percentagem do PIB em 2012 e 2013, à medida que as projeções vieram sendo revistas para admitir taxas menores de crescimento. Já se elevaram para 3,12% do PIB em 2012 e 3,13% do PIB em 2013, no caso de todo o setor público, e de 2,15% do PIB, para 2,16% do PIB e 2,17% do PIB, no caso da União.
14. **Dificuldade para o cumprimento da meta em 2012** Os resultados pioram a cada mês neste exercício.⁷ O saldo positivo acumulado até julho, de pouco mais de 2,8% do PIB, é menor para esse mês que o de 2011 e de 2002 até 2008. Quanto à União, o superávit acumulado até julho ficou em quase 2,1% do PIB, menos R\$ 13 bilhões que até o mesmo mês do ano passado. Nos 12 meses encerrados no mês, a União economizou pouco acima de 1,8% do PIB, muito abaixo dos 2,8% do PIB e 2,2% do PIB mínimos, respectivamente, observados de 2003 a 2008 e 2011. Ainda assim, não deve ser descartado o atingimento da meta, pois a antecipação de dividendos para o Tesouro pelo BNDES (de cerca de R\$ 3 bilhões) em 31 de agosto, contribuindo para o superávit primário do mês, mostra que não se esgotaram os instrumentos de contabilidade criativa com base em lucros do Banco.
15. Estados e municípios vão muito mal: dos R\$ 42,8 bilhões que lhes caberia economizar, acumularam apenas R\$ 19,2 bilhões até julho, e em 12 meses encerrados no mês, 0,68% do PIB (na meta, sua participação é de 0,95% do PIB).⁸
16. **Meta cheia em 2013 e previsão de boa evolução de outros indicadores fiscais** Quanto a 2013, a posição das autoridades é (novamente) de que a meta cheia será alcançada, e daí, combinadamente com o efeito de outros indicadores, o prognóstico é de redução a passos largos do déficit nominal do setor público, para 0,8% em 2013 – foi de 2,6% do PIB em 2011 e 2,3% do PIB até julho deste ano. Os juros nominais, que representaram 5,7% do PIB em 2011 e 5,1% do PIB no ano até julho de 2012, cairiam para 3,9% do PIB.
17. **Garantia de contingenciamento: abatimento de despesas com investimentos prioritários da meta primária** A proposta contempla para 2013 a hipótese de uso pelo governo federal do abatimento na meta estipulada na LDO das despesas do PAC e PBSM no montante de R\$ 25 bilhões. Esse abatimento, na elaboração do orçamento, assegura que no mínimo deste tamanho será o contingenciamento inaugural em 2013, a

⁶ Mais uma vez, a meta só foi atingida com o abatimento de despesas do PAC, no correspondente a 0,4% do PIB.

⁷ Os resultados haviam sido expressivos até o fim do primeiro quadrimestre – 43% da meta primária para todo o setor público, de R\$ 139,8 bilhões, e 53,3% dos R\$ 97 bilhões da União já cumpridos. Entretanto, acumulados até julho, foram respectivamente 51% (R\$ 71,2 bilhões) e 53,6% (R\$ 52 bilhões). As receitas líquidas da União cresceram até julho só 7% em relação ao mesmo período do ano anterior; as despesas, 12%. Até abril esses percentuais foram, respectivamente, 12,3% e 13,1%. Ver em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/resultado/2012/Apresentacao_jul2012.pdf. A meta da União para agosto, de R\$ 45,9 bilhões, já havia sido superada em junho. Com o resultado de julho, o saldo a alcançar em agosto-dezembro é de R\$ 45 bilhões para a União, e R\$ 68,6 bilhões para todo o setor público.

⁸ Os governos regionais, no entanto, têm, desde 2009, ficado aquém da meta que lhes é implicitamente atribuída nas LDO recentes (0,95% do PIB). De 2002 a 2008 esse percentual foi sempre superado.

persistir a postura dos 2 últimos anos, de se demonstrar o atingimento da meta cheia nos decretos de programação.

18. **Receita do complemento do FGTS contribuindo para o resultado primário** A exemplo do que está sendo feito no orçamento de 2012, o projeto de lei incorpora a receita do complemento do FGTS sem a previsão de despesa correspondente, resultando em ganho líquido de R\$ 3,1 bilhão.⁹ Em 2012, a receita desse item será de R\$ 3 bilhões, e o saldo líquido, de R\$ 2,6 bilhões.
19. **Queda do superávit primário com a nova política de concessões de energia** O conjunto de medidas contidas na MP 579/12, editada posteriormente ao encaminhamento da proposta, terá, segundo a estimativa do governo, impacto negativo de R\$ 3,3 bilhões a ser acomodado no orçamento.¹⁰

III – AVALIAÇÃO DA RECEITA

20. **Receitas historicamente elevadas em 2013** A receita primária na proposta de 2013, bruta de transferências a estados e municípios, antes de compensações pelas desonerações já legisladas e considerando desonerações futuras, será recorde, segundo a proposta. Chegará a pouco mais de 24,6% do PIB, mesmo considerando em 2010 (24,4% do PIB) o ingresso extraordinário de quase 2% do PIB, produto da venda de 5 bilhões de barris de petróleo pela União à Petrobras. A generosidade das estimativas do projeto de lei, no conjunto e em cada item de receita, pode representar um constrangimento a iniciativas do Congresso de identificar novas fontes de recursos.
21. **Elementos que contribuem para a previsão de receitas recordes**
 - **Projeções oficiais generosas** O cenário macroeconômico que embasou a proposta é francamente otimista e afeta positivamente as receitas administradas pela RFB. Além disso, estima-se que haja aproximadamente R\$ 25 bilhões de receitas atípicas nesse conjunto, que não guardam nenhuma relação com qualquer parâmetro, dadas as proporções do PIB que os diversos itens alcançam. Em 2012, vieram R\$ 31 bilhões a esse título na previsão da receita administrada, e a reestimativa da arrecadação da RFB na 3ª avaliação bimestral já estava esses mesmos R\$ 31 bilhões abaixo da proposta de orçamento; essa situação deve piorar substancialmente no próximo relatório: ao final de setembro, a frustração deverá ser da ordem de R\$ 41,7 bilhões.
 - **Demora no reconhecimento das frustrações da arrecadação** Duas práticas recentes do Executivo têm-se revelado inadequadas, no orçamento de 2012 e anteriores, afetando a arrecadação-base das projeções da receita administrada pela RFB na proposta:

⁹ Ver também, a propósito, a Portaria STN nº 278, de 19/4/12, que determinou que a partir da data os recursos transitassem pela conta única do Tesouro e que seu uso passasse a depender de previsão orçamentária, em lugar de automaticamente transferidos ao Fundo, implicando a possibilidade, antes inexistente, de se apurar um saldo positivo na conta única financiado pelos ingressos dessa contribuição.

¹⁰ Segundo a EM, “as despesas constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão adequadas para cumprir o disposto no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente para o exercício de 2013”.

- ✓ A demora em ajustar as receitas ao comportamento da arrecadação até o bimestre, mesmo em situações em que já há claros sinais de que a arrecadação ficará, no exercício, abaixo da proposta e do primeiro decreto de programação;
 - ✓ O persistente otimismo, não só quanto a crescimento econômico, mas também à previsão de volumosas arrecadações atípicas. Permaneciam na 3ª Avaliação para 2012 R\$ 12 bilhões delas, a se realizar no segundo semestre – R\$ 3,95 bilhões são atribuídos a PIS/Cofins e R\$ 2,8 bilhões a IRPJ/CSLL.
- **Metodologias mais robustas** O Executivo parece ter alterado sua metodologia para estimar a arrecadação líquida do INSS, aproximando-a da usada pelo Comitê de Receitas.¹¹ A previsão da arrecadação líquida da Previdência para 2013, de R\$ 314,1 bilhões (6,3% do PIB), não considerando desonerações, seria absurda, representando aumento nominal de 15,3% em relação a reestimativa para 2012 da 3ª Avaliação, de R\$ 272,3 bilhões (6,1% do PIB). Ocorre que esta última é irrealisticamente baixa. Revista para prováveis R\$ 279 bilhões, o crescimento nominal seria de 12,5%, ainda acima da hipótese de crescimento da massa salarial (cerca de 10,9%);
 - **Dividendos elevados na proposta** Dividendos estão sendo explorados ao máximo, com R\$ 26,3 bilhões – praticamente o mesmo de 2012, depois de ajustes em sucessivas avaliações bimestrais para cobrir a frustração de outras receitas. Essa receita foi de R\$ 26,7 bilhões em 2009, mas chegou a esse montante durante o exercício para reduzir o desvio em relação à meta cheia – no primeiro decreto, eram R\$ 13,7 bilhões. Esse comportamento se repetiu em 2010 e agora em 2012 – no primeiro decreto, eram R\$ 19,8 bilhões;
 - **Receitas de difícil realização** Retornam à cena receitas seguidamente previstas e nunca realizadas, no caso produto da alienação de bens imóveis de domínio da União – muitas vezes referidas como “operações com ativos” -, desta vez de quase R\$ 4 bilhões.
22. **Novo aumento da carga tributária** Temos, segundo a proposta, aumento da carga tributária mesmo com a eliminação temporária da Cide-combustíveis prevista para 2013. A receita administrada pela RFB cresce em relação ao PIB, no conjunto e em cada item, outras exceções sendo o imposto de importação (com queda dos volumes importados) e IOF.
23. **Arrecadações recordes da RFB** Chamam atenção os avanços da arrecadação do IPI (de 1,06% do PIB em 2012 para 1,24% do PIB) e do PIS/Cofins (de 5,04% do PIB, para 5,12% do PIB, quando em 2011 somaram 4,9% do PIB). De mais difícil entendimento é o crescimento das demais receitas administradas para 0,55% do PIB (R\$ 27,6 bilhões), que superam tanto a expectativa de arrecadação em 2012 (0,47% do PIB ou R\$ 20,9 bilhões), como em 2011 (0,53% do PIB ou R\$ 21,9 bilhões), com ingressos do Refis da Crise que não voltarão a ocorrer. Receitas de parcelamento aderem menos aos preços e ao crescimento da economia, além de se esperar que, na proposta, já estivessem alocadas nos respectivos tributos e repartidos com estados e municípios. Caso a reclassificação fosse efetuada, o incremento por tributo seria ainda mais expressivo.
24. **Espaço para desonerações futuras** A redução da carga tributária estava nos planos e no discurso da administração federal. As novas desonerações em 2013 estão estimadas

¹¹ Mesmo assim, a reavaliação desse item de receita pelo Congresso tem sido superada na execução. A excelente evolução dessa receita em sucessivos exercícios recentes reflete o aumento do emprego com carteira assinada e da massa salarial, e ainda a criação da RFB, com a unificação da administração tributária.

em R\$ 10 bilhões para as receitas da Previdência, apropriados do lado da despesa¹², e sem que se soubessem os setores beneficiados. Sabe-se agora, de uma margem de R\$ 15,2 bilhões¹³, a partir do anúncio de 13 de setembro, R\$ 12,8 bilhões já foram consumidos.

25. Por identificar a fonte, haveria cerca R\$ 5 bilhões de outras desonerações, de acordo com a declaração do Ministro da Fazenda quando apresentou o projeto. Prosperando esse mecanismo, haverá estímulo a que as receitas sejam superestimadas no orçamento, para cobrir a desoneração futura.
26. Também em 13 de setembro foi anunciada ampliação dos setores que podem praticar a depreciação acelerada para fins do IRPJ, ao custo de R\$ 1,37 bilhão, que em parte será compensado pelo aumento da Cofins sobre itens selecionados na importação.
27. Não foi possível saber antes do recebimento das informações complementares se a parcela da União na perda, em 2013, de R\$ 3,9 bilhões de IPI pela prorrogação da desoneração do tributo sobre materiais de construção e bens de capital à véspera do encaminhamento da proposta ao Congresso já estaria considerada na proposta. Outras desonerações que não estão explicitamente contempladas, a ser concedidas ou ratificadas (no caso de não se vetarem benefícios incluídos na MP 563 por iniciativa parlamentar)¹⁴ durante a apreciação da proposta também terão efeito sobre as margens de aproveitamento dos recursos do orçamento.
28. A queda das tarifas de energia, entre 16% e 20%, anunciada após o encaminhamento da proposta, deve se refletir na arrecadação de PIS/Cofins sobre o setor de energia, hoje em torno de R\$ 10 bilhões.
29. **Incógnita quanto à receita de concessões** Integram a proposta receitas de concessões de R\$ 3,3 bilhões, inferiores ao reprogramado para 2012 (R\$ 4,65 bilhões). Avaliamos que há superestimativa neste exercício. O leilão de faixas de frequência de telecomunicações para a tecnologia 4G realizado em junho pela Anatel resultou em R\$ 2,93 bilhões, por 54 dos 273 lotes ofertados, que poderão ser pagos em até 96 meses, com 10% pagos na data de assinatura do termo de autorização.
30. Os aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília foram concedidos por de 20 a 30 anos e arrematados em fevereiro de 2012 pela soma de R\$ 24,5 bilhões, pagos

¹² Trata-se de "Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011)".

¹³ O Tribunal de Contas da União determinou aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão que adotassem, "quando da concessão ou ampliação de renúncias de receitas, providências com vistas a que não sejam utilizados, como medidas de compensação às renúncias, os ajustes na programação orçamentária e financeira da despesa pública nem o excesso de arrecadação, em estrita observância ao inciso II do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal." (Acórdão nº 747/2010 – TCU – Plenário). Esse item do acórdão foi objeto de Pedido de Reexame interposto pelo Ministério da Fazenda, e está pendente de julgamento por parte do Tribunal. A determinação está suspensa. A Advocacia-Geral da União solicitou ao TCU esclarecimento acerca da abrangência do efeito suspensivo atribuído ao pedido de reexame e acordaram os Ministros que o citado Acórdão não sujeita o recorrente a multa prevista "caso utilize o chamado "excesso de arrecadação" como hipótese capaz de compensar possíveis perdas de arrecadação decorrentes de incentivos fiscais"; e estabeleceram "que a deliberação acima deve ser adotada até o final do exercício de 2012 ou o julgamento do recurso, o que ocorrer primeiro".

¹⁴ Na Câmara dos Deputados foram aprovadas cinco mudanças ao texto principal da medida provisória. Uma delas reduz a zero as alíquotas de PIS/Pasep, Cofins e IPI para os produtos alimentares que compõem a cesta básica. Entre os demais benefícios tributários aprovados pelos deputados estão a inclusão de mais seis setores produtivos no programa Revitaliza, a isenção de tributos para a renegociação de dívidas de pessoas físicas com os bancos e a inclusão de hotéis, de empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros, empresas de transporte aéreo e marítimo, entre outras, na desoneração da folha de pagamentos.

parceladamente a partir de 2013, durante o prazo da concessão.¹⁵ Relativamente a novas concessões (Galeão, Confins, Goiânia, Vitória...), não estão decididas.¹⁶

31. Há, todavia, espaço para melhor desempenho dessa receita em 2013. Dentre as receitas de concessões previstas para 2013, temos de aeroportos com R\$ 1,3 bilhão e telecomunicações com R\$ 1,5 bilhão. Não há previsão de receita dessa natureza (“bônus de assinatura”) por conta de leilão de exploração de petróleo.¹⁷ Há expectativa de que concessões de rodovias, ferrovias e terminais portuários sejam leiloadas em 2013.
32. As medidas recentemente anunciadas no campo das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica acabaram de ser objeto da MP 579 (11/9), que faculta à União prorrogá-las pelo prazo de até 30 anos, exceto as de geração de energia termelétrica, estas por até 20 (vinte) anos, por uma única vez. Nada indica que resultarão em mais receitas para União; ao contrário, serão menos receitas e algumas despesas.¹⁸
33. **Royalties e compensações financeiras em alta** Alcançariam em 2013 valor sem precedentes. Essas receitas dependem, no caso do petróleo que responde por sua maior parte, do câmbio (para o qual a hipótese é de ser 4,3% maior na média que em 2012); produção; e cotação média do barril Brent (que a Mensagem omite). Os *royalties* iriam de R\$ 36,2 bilhões em 2012 (3ª Avaliação) para R\$ 45,1 bilhões, crescimento de quase 25%, sobre o qual devem ser buscados maiores esclarecimentos.
34. **Receita do complemento do FGTS** O projeto de lei incorpora a receita do complemento do FGTS. Em 2012, a receita desse item será de R\$ 3 bilhões. A previsão para 2013, de R\$ 3,1 bilhões provavelmente se revelará superestimada, caso aprovado projeto extinguindo a citada contribuição a partir de 1º de junho.¹⁹
35. **Superestimativa das transferências constitucionais e legais por repartição de receitas** O otimismo das previsões das receitas afeta a programação de estados e municípios, que confiam na entrega de recursos pela União ao elaborarem seus orçamentos.

¹⁵ Cada um dos três aeroportos é administrado por uma Sociedade de Propósito Específico formada pelos consórcios vencedores e a Infraero, e que é sócia com 49% do capital.

¹⁶ Não fica claro se prevalecerá a noção de que novos aeroportos não devam ser concedidos, em contraposição à iniciativa da abertura do capital da Infraero. Hipótese alternativa à concessão é de PPP e empreendimento da Infraero em participação majoritária com operadores experimentados de aeroportos – que não resultariam em arrecadação, e sim despesas.

¹⁷ A retomada da 8ª rodada de leilões de exploração de petróleo da ANP está suspensa em função da não votação da lei do pré-sal e depende da aprovação da lei que traz a divisão dos royalties do petróleo, inclusive da camada pré-sal. A 8ª Rodada da ANP foi suspensa em 2006 por decisão da Justiça. A liminar que suspendeu o leilão já foi derrubada, mas o governo vem segurando a oferta desses blocos de exploração porque entre eles há blocos que estão nas chamadas franjas do pré-sal, ou seja, nas proximidades do megacampo com elevadas reservas de óleo.

¹⁸ A compensação pela prorrogação seria as atuais concessionárias aceitarem novas condições relativas “à observância do princípio da modicidade tarifária e à garantia da continuidade do suprimento de energia elétrica ao país”. De outro lado, haverá custo para o Tesouro.

¹⁹ O Plenário do Senado aprovou em 7 de agosto, o PLS-C 198/2007, que extingue a cobrança desse adicional a partir de 1º de junho de 2013.

III – OBSERVAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A DESPESA

36. **Crescimento das despesas primárias** A proposta orçamentária está inflada também pelo lado da despesa, contribuindo para isso a previsão do uso de R\$ 25 bilhões para abatimento da meta de superávit. Caso se confirmassem os valores da 3ª Avaliação e da proposta, o aumento de um exercício a outro seria de quase 16%, ou R\$ 128,1 bilhões, chegando as despesas em 2013 a 19% do PIB.
37. **Despesas com pessoal baixas e estáveis** Essas despesas permanecem *grossa modo* inalteradas em 2013, em pouco menos de 4,2% do PIB, seu menor patamar desde 2002, por força de poucos aumentos reais concedidos a segmentos dos servidores. O crescimento nominal foi de pouco menos de R\$ 20 bilhões. O acordo sobre reajuste anual geral de 5% até 2015 estabeleceu, para a maior parte das categorias, política de mesmo prazo de validade que a política de valorização do salário mínimo. Pode ser comparada com a tentativa no âmbito do PAC, de 2007, de controle da expansão da despesa de pessoal da União, quando projeto de lei complementar pretendeu limitar, até 2016, o crescimento anual da folha à variação do IPCA, acrescida de índice real de 1,5%. Com atraso, e a depender da inflação, do crescimento da economia, do crescimento vegetativo da folha e de novas contratações, poderá acelerar a queda da despesa com pessoal em relação ao PIB nos próximos exercícios.
38. **Benefícios previdenciários adequadamente estimados** A desatualização dos dados em 2012 (3ª Avaliação) dificulta o exame da previsão da despesa com benefícios previdenciários em 2013. Comparado com o constante da 3ª Avaliação, o crescimento do item seria de quase 13%, enquanto o salário mínimo será reajustado, pela proposta, em 7,87%, e os benefícios acima disso em 5%.
39. Nosso cálculo é de que essas despesas somem em 2012 R\$ 319,6 bilhões, em lugar dos R\$ 308,4 bilhões da última avaliação. Em relação ao PIB, seriam 7,1%.
40. Dados sobre sentenças judiciais e Comprev estão na Mensagem, que não acompanham, em percentual, o reajuste dos aposentados do regime geral. Estimativa preliminar indicou que o montante previsto para os benefícios, R\$ 348,3 bilhões, está adequado para as hipóteses usadas. Se o mercado estiver correto e a inflação medida pelo INPC fechar 2012 em 5,5%, a conta subiria em pouco mais de R\$ 2 bilhões.
41. **Demais benefícios vinculados ao salário mínimo estáveis** Somados seguro-desemprego e abono salarial e LOAS/renda mensal vitalícia, essa despesa cai em relação ao PIB. A soma cresce de um exercício para outro no mesmo percentual do reajuste do salário mínimo. Isso só é possível pelo crescimento insignificante das despesas com seguro-desemprego e abono salarial, que aumentam apenas R\$ 470 milhões (1%). Essa previsão só será adequada caso prosperem e sejam adotados de imediato critérios mais restritos de concessão e avaliação dos dois benefícios.²⁰ No passado, eles cresceram rapidamente, de uma média de 0,5% do PIB entre 2003 e 2005, para quase 0,9% do PIB em 2012. Examinando isoladamente o FAT, temos que o aporte

²⁰ Alguma economia no seguro-desemprego e no abono salarial poderá ser obtida em 2013 caso prosperem e sejam adotados de imediato critérios mais restritos de concessão e pagamento do abono (aumento do período mínimo que o demitido precisa ter trabalhado nos 36 meses anteriores à dispensa para ter direito ao seguro-desemprego, maior dificuldade de acesso ao seguro mais de uma vez por determinado período – recentemente, o pagamento foi condicionado à matrícula em cursos profissionalizantes para quem estiver solicitando o seguro pela terceira vez em dez anos –, beneficiar não com um salário mínimo, mas proporcionalmente ao tempo trabalhado no ano anterior, e o abono, por desnecessário, tendo em vista os recentes reajustes do piso acima da inflação.

de recursos ordinários do Tesouro para complementar o PIS/Pasep no custeio dos benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial cai de R\$ 5,2 bilhões para R\$ 3,1 bilhões.

42. **Ausência de dotação para auxílio financeiro a estados exportadores por conta da isenção do ICMS** Como de costume, não foram previstos recursos para o atendimento da chamada Lei Kandir, de R\$ 3,9 bilhões.
43. **Ausência de dotação para o Funpresp** Diferentemente de 2012, não foram previstos recursos para o Fundo. Em 2012 foi aberto crédito especial de R\$ 100 milhões.
44. **Ausência de dotação primária para o Fundo Social** De R\$ 513 milhões em 2012, a proposta não traz previsão de despesa primária no citado fundo. Na proposta de 2013, são R\$ 1,44 bilhão, financeiro, em reserva de contingência na própria unidade.
45. **Subvenções agrícolas em alta** As subvenções e subsídios dobram em relação ao PIB e alcançam R\$ 14,1 bilhões em 2013, dos quais quase tudo orçamentário. A agricultura está muito bem aquinhoadada, enquanto o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) dispõe de R\$ 257 milhões na proposta, menos de 1/10 do que consta da lei em vigor. Essas despesas na agricultura dependem da ocorrência de eventos.
46. **Despesas discricionárias mais elevadas** Na comparação entre a previsão da 3ª avaliação para 2012 e a proposta de 2013, as despesas discricionárias (incluindo nessa conta despesas de custeio e investimento com saúde, transferências de renda e os investimentos, bem como a reserva de contingência para emendas parlamentares) são favorecidas pelo aumento da receita líquida de transferências a estados e municípios, pelo abatimento na proposta das despesas com investimentos prioritários de R\$ 25 bilhões e pela ausência de dotação para compensar estados e municípios pela isenção do ICMS nas exportações: elas crescem R\$ 42,2 bilhões, ou o equivalente a 0,37% do PIB, para 5,17% do PIB. Esse percentual, como referência, situou-se na média, entre 2009 e 2011, em 4,2% do PIB, sugerindo que esse conjunto de dotações está inflado na proposta. Um ponto de percentagem do PIB vale, em 2013, R\$ 50 bilhões.



TABELAS ANEXAS

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO, 2002-2012

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽¹⁾	2011	2012	
											Até Julho	12 Meses
(Em % do PIB)												
Nominal	4,45	5,24	2,90	3,58	3,63	2,80	2,04	3,28	2,48	2,61	2,27	2,75
Nível federal	0,69	3,78	1,11	3,36	3,07	2,25	0,84	3,38	1,22	2,10	1,66	2,08
Governo federal	1,14	4,36	1,70	3,45	2,78	1,80	1,21	3,38	1,67	2,59	2,12	2,56
Bacen	-0,47	-0,70	-0,31	-0,04	0,37	0,44	-0,39	-0,06	-0,46	-0,48	-0,46	-0,47
Estatais federais	0,01	0,13	-0,28	-0,05	-0,08	0,01	0,02	0,06	0,01	-0,01	0,00	0,00
Nível regional	3,76	1,45	1,79	0,21	0,56	0,55	1,20	-0,10	1,26	0,50	0,61	0,67
Juros nominais	7,66	8,51	6,62	7,36	6,83	6,11	5,46	5,28	5,18	5,71	5,10	5,26
Nível federal	2,94	6,00	3,81	6,00	5,20	4,42	3,18	4,64	3,30	4,36	3,72	3,91
Governo federal	3,36	6,65	4,41	6,06	4,95	4,06	3,58	4,71	3,77	4,85	4,19	4,39
Bacen	-0,52	-0,71	-0,32	-0,05	0,36	0,41	-0,41	-0,08	-0,47	-0,49	-0,47	-0,48
Estatais federais	0,11	0,07	-0,28	-0,01	-0,11	-0,05	0,00	0,01	-0,01	0,01	0,01	0,00
Nível regional	4,72	2,50	2,81	1,36	1,63	1,68	2,28	0,64	1,89	1,35	1,38	1,35
Primário	-3,22	-3,27	-3,72	-3,79	-3,20	-3,31	-3,42	-2,00	-2,70	-3,11	-2,83	-2,51
Nível federal	-2,26	-2,22	-2,70	-2,64	-2,14	-2,17	-2,34	-1,26	-2,07	-2,26	-2,06	-1,83
Governo federal	-3,36	-3,84	-4,36	-4,36	-3,95	-3,94	-3,56	-2,65	-3,24	-3,12	-2,99	-2,70
Bacen	0,05	0,01	0,02	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01
INSS	1,15	1,55	1,65	1,75	1,78	1,69	1,19	1,32	1,14	0,86	0,92	0,86
Estatais federais	-0,10	0,06	0,00	-0,04	0,03	0,06	0,01	0,05	0,02	-0,01	0,00	0,00
Nível regional	-0,96	-1,05	-1,02	-1,14	-1,07	-1,14	-1,08	-0,74	-0,63	-0,85	-0,76	-0,68
(Em R\$ Milhões)												
Primário	-47 524	-55 591	-72 218	-81 286	-75 915	-88 078	-103 584	-64 769	-101 696	-128 710	-71 229	-107 960
Nível federal	-33 373	-37 759	-52 429	-56 701	-50 667	-57 819	-70 890	-40 834	-78 100	-93 615	-52 006	-78 696
Governo federal	-49 694	-65 343	-84 707	-93 629	-93 589	-104 965	-107 987	-85 941	-122 133	-129 133	-75 360	-116 135
Bacen	777	195	336	312	172	645	472	630	520	552	324	434
INSS	16 997	26 405	31 985	37 576	42 065	44 882	36 207	42 868	42 890	35 546	23 140	37 076
Estatais federais	-1 454	985	-44	-959	685	1 620	418	1 609	624	-579	-110	-71
Nível regional	-14 152	-17 832	-19 789	-24 585	-25 249	-30 259	-32 694	-23 935	-23 596	-35 096	-19 222	-29 264

Memorando:

PIB acumulado ⁽¹⁾ 1 477 822 1 699 948 1 941 498 2 147 239 2 369 484 2 661 344 3 032 203 3 239 404 3 770 085 4 143 013 2 518 525 4 308 580

Fonte: Banco Central do Brasil.

⁽¹⁾ Destaca-se no exercício o saldo positivo de operações envolvendo a venda de 5 bilhões de barris de petróleo pela União e o aumento de capital da Petrobras, equivalente a 0,85% do PIB, afetando os resultados primário e nominal.

⁽²⁾ PIB de 2012 não considera ainda a apuração pelo IBGE relativa ao segundo trimestre.

PRINCIPAIS RESULTADOS FISCAIS, 2011-2013			
(% do PIB) ^(*)			
	Observado 2011	Projetado	
		2012	2013
Superávit Primário do Setor Público Não Financeiro	3,10	3,10	3,10
Dívida Líquida do Setor Público	36,40	34,30	32,00
Resultado Nominal do Setor Público	(2,60)	(1,52)	(0,80)
Juros Nominais	5,70	4,62	3,90

Fonte: Mensagem Presidencial, PL 24, de 2012-CN. Estimativa dos autores.

^(*) Valores arredondados na tabela original.

EVOLUÇÃO DE RESULTADOS E METAS PRIMÁRIAS DO SETOR PÚBLICO, 2009-2013													
Discriminação	Realizado			Metas									
				2012						2013			
	2009	2010	2011	LDO	Projeto de Lei Orçamentária		Orçamento		Reprogramado (3ª Avaliação)		LDO	Proposta	
					% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões		% PIB	% PIB
Setor Público	2,00	2,70	3,11	3,10	139.822,0	3,08	139.910,0	3,10	139.822,0	3,12	3,10	155.851,0	3,13
Governo Federal	1,26	2,07	2,26	2,15	96.973,0	2,14	97.061,0	2,15	96.973,0	2,16	2,15	108.090,0	2,17
Governo Central	1,31	2,09	2,25	2,15	96.973,0	2,14	97.061,0	2,15	96.973,0	2,16	2,15	108.090,0	2,17
Estatais Federais	(0,05)	(0,02)	0,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Regionais	0,74	0,63	0,85	0,95	42.849,0	0,94	42.849,0	0,95	42.849,0	0,96	0,95	47.761,0	0,96
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social ⁽¹⁾													
Receita ⁽²⁾	22,86	24,43	23,92	23,64	1.097.340,8	24,18	1.127.322,7	25,00	1.090.324,2	24,32	24,39	1.229.512,7	24,72
Despesa ⁽³⁾	21,59	22,38	21,70	21,49	1.000.367,8	22,05	1.030.261,7	22,84	993.351,2	22,16	22,24	1.146.422,7	23,05
Resultado	1,27	2,05	2,22	2,15	96.973,0	2,14	97.061,0	2,15	96.973,0	2,16	2,15	83.090,0	1,67
PPI/PAC ⁽⁴⁾	0,90	25.600,0	0,56	25.600,0	0,57	-	-	0,90
Resultado II ⁽⁵⁾	1,25	71.373,0	1,57	71.461,0	1,58	96.973,0	2,16	1,25
Memorando													
PPI/PAC ⁽⁴⁾	0,55	0,59	0,68	0,90	25.600,0	0,56	25.600,0	0,57	-	-	0,90	25.000,0	0,50
Receíveis de Itaipu	0,04	0,04	0,03
Crescimento PIB (%)	(0,33)	7,53	2,73	5,0	5,0	...	4,5	...	3,0	...	5,5	4,5	...

Fonte: Banco Central do Brasil; Projeto de lei orçamentária de 2012 e 2013; e SOF/MP. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Inclui no resultado das estatais de 2009 e 2010 os recebíveis de Itaipu, conforme relatórios de cumprimento de metas do Tesouro.

⁽²⁾ Inclui em 2010 receitas extraordinárias da venda de 5 bilhões de barris de petróleo pela União, equivalentes a 1,98% do PIB.

⁽³⁾ Inclui nas despesas as transferências a estados e municípios e discrepância estatística, que não a referente a recebíveis de Itaipu. Inclui em 2010 despesa extraordinária com a capitalização da Petrobras equivalente a 1,14% do PIB.

⁽⁴⁾ Até 2009, PPI; a partir de 2010, PAC. Até 2011, despesas realizadas. Em 2013, são projetos de investimento prioritários os do PAC e os do Plano Brasil sem M

⁽⁵⁾ Calcula o resultado se as despesas atribuídas ao PPI/PAC fossem usadas para abatimento da meta.

PARÂMETROS E INDICADORES MACROECONÔMICOS, 2011-2013 ⁽¹⁾											
Valores Estimados e Realizados											
Parâmetros	2011		2012						2013		
	Lei	Real	PLOA 2012	Lei	Decreto Progra-mação 15/02	LDO 2013	PLOA 2013 3ª Aval	Mercado 31/08	LDO 2013	Mercado 31/08	PLOA 2013
Variação real do PIB (%)	5,50	2,73	5,00	4,50	4,50	4,50	3,00	1,64	5,50	4,00	4,50
PIB (R\$ bilhões)	3.927,1	4.143,0	4.537,6	4.510,1	4.573,6	4.539,6	4.483,2	...	5.027,5	...	4.973,6
IPCA acum (%)	4,50	6,50	4,80	6,00	4,70	4,70	4,70	5,20	4,50	5,51	4,50
IGP-DI acum (%)	4,50	5,00	5,00	6,00	4,99	4,90	6,19	8,17	4,50	5,01	4,90
INPC acum (%)	4,50	6,08	4,50	...	4,50	4,50	5,00	5,42	4,50	5,47	4,50
Massa salarial (%)	9,59	15,40	9,79	9,79	11,73	12,01	12,51	...	10,34	...	10,87
Taxa Selic média (% a.a.)	10,71	11,67	12,45	10,50	10,48	...	8,86	8,47	9,43	7,63	8,03
Taxa Selic-fim de período (% a.a.)	10,75	10,91	12,50	9,75	8,00	7,25	9,00	8,50	8,00
Câmbio médio (R\$/US\$)	1,75	1,67	1,64	1,80	1,79	1,76	1,95	1,94	1,84	2,00	2,03
Câmbio fim (R\$/US\$)	1,80	1,88	1,69	...	1,76	...	2,03	2,00	1,86	2,00	2,03
Petróleo-preço médio (US\$)	84,63	112,52	111,64	104,00	111,64	...	113,87	114,59
Importações ⁽²⁾ em US\$ (%)	1,02	21,54	13,58	...	10,23	...	2,20	3,26

Fonte: Relatórios de avaliações; Relatórios de cumprimento de metas quadrimestrais; LDO 2013; PLOA 2012; LOA 2012; PLOA 2013; SOF/MPOG; STN/MF.

⁽¹⁾ '%' representa variação em relação ao ano anterior, a menos que indicado de outra forma.

⁽²⁾ Exclui petróleo e derivados combustíveis.

RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB						
Arrecadação Bruta, 2011 e 2012 ⁽¹⁾						
(R\$ Milhões)						
Deflator	2011		2012		Variação (%)	
	Abril	Jan-Abr	Abril	Jan-Abr	Abr-12/ Abr/11	Jan-Abr/12 Jan-Abr/11
Nominal	57.369	212.100	61.166	234.713	6,62	10,66
IPCA	60.297	225.622	61.166	236.401	1,44	4,78
	Jun	Jan-Jun	Jun	Jan-Jun	Jun-12/ Jun/11	Jan-Jun/12 Jan-Jun/11
Nominal	57.809	317.297	53.571	338.396	(7,33)	6,65
IPCA	60.651	337.059	53.571	341.165	(11,67)	1,22
	Jul	Jan-Jul	Jul	Jan-Jul	Jul-12/ Jul/11	Jan-Jul/12 Jan-Jul/11
Nominal	61.373	378.670	55.984	394.380	(8,78)	4,15
IPCA	64.563	403.071	55.984	398.615	(13,29)	(1,11)

Fonte: Receita Federal do Brasil, "Análise da Arrecadação das Receitas Federais", abril, junho e julho de 2012.

⁽¹⁾ Não inclui contribuição para o INSS nem para o regime próprio dos servidores.



ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL																							
Receitas Primárias, 2008-2012																							
Discriminação	2008	2009	2010 sem Petrobras	2011	2012												2013		Diferenças da Proposta 2013 em Relação a				
	Realizado				Proposta		Lei		Decreto 7.680/12 (Programação)		Avaliação 1º Bimestre (Dec 7.707)		Avaliação 2º Bimestre (Dec 7.740)		Avaliação 3º Bimestre (Dec 7.781)		Proposta		Aval 3º Bimestre	Proposta 2012	Real 2011		
	% do PIB		R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	
RECEITA TOTAL	23,66	22,86	22,45	991.037,9	23,92	1.097.340,8	24,18	1.127.322,7	25,00	1.090.909,1	23,85	1.090.913,8	23,85	1.092.554,3	24,07	1.088.534,2	24,28	1.229.512,7	24,72	140.978,5	0,44	0,54	0,80
Receita Administrada pela RFB	15,38	14,08	14,09	628.621,1	15,17	707.644,8	15,60	724.424,4	16,06	699.873,3	15,30	699.878,1	15,30	689.885,4	15,20	676.628,7	15,09	762.872,8	15,34	86.244,1	0,25	(0,26)	0,17
Imposto de Importação	0,57	0,49	0,56	26.680,7	0,64	30.590,6	0,67	33.967,9	0,75	33.081,3	0,72	33.491,2	0,73	32.640,8	0,72	32.917,1	0,73	33.719,0	0,68	801,9	(0,06)	0,00	0,03
IPI	1,23	0,87	1,00	41.471,4	1,00	49.257,2	1,09	51.452,7	1,14	51.004,9	1,12	51.001,5	1,12	49.728,9	1,10	47.675,9	1,06	61.858,5	1,24	14.182,6	0,18	0,16	0,24
Imposto de Renda	5,91	5,52	5,16	235.525,9	5,68	270.741,1	5,97	275.021,5	6,10	262.917,1	5,75	263.071,5	5,75	261.532,7	5,76	252.848,5	5,64	282.000,1	5,67	29.151,6	0,03	(0,30)	(0,01)
IOF	0,67	0,60	0,70	31.943,4	0,77	37.997,6	0,84	39.183,0	0,87	35.390,2	0,77	35.182,2	0,77	34.847,6	0,77	32.557,4	0,73	34.342,6	0,69	1.785,2	(0,04)	(0,15)	(0,08)
COFINS	4,02	3,67	3,75	160.988,4	3,89	174.057,1	3,84	177.617,9	3,94	173.435,7	3,79	173.279,7	3,79	172.595,6	3,80	178.744,8	3,99	201.275,7	4,05	22.530,9	0,06	0,21	0,16
PIS/PASEP	1,04	0,98	1,08	42.102,1	1,02	45.999,1	1,01	47.703,6	1,06	45.885,1	1,00	46.009,4	1,01	45.864,1	1,01	47.407,3	1,06	53.348,7	1,07	5.941,3	0,02	0,06	0,06
CSLL	1,47	1,39	1,23	58.961,6	1,42	63.424,2	1,40	63.374,2	1,41	63.493,0	1,39	64.350,2	1,41	61.984,9	1,37	60.564,0	1,35	68.770,1	1,38	8.206,1	0,03	(0,02)	(0,04)
CPMF	0,04	0,00	0,00	76,3	0,00	-	-	-	-	8,3	0,00	17,7	0,00	35,4	0,00	84,6	0,00	-	-	(84,6)	(0,00)	-	(0,00)
CIDE-Combustíveis	0,20	0,15	0,21	8.963,5	0,22	9.835,7	0,22	9.835,7	0,22	5.286,3	0,12	5.293,3	0,12	5.343,4	0,12	2.879,4	0,06	-	-	(2.879,4)	(0,06)	(0,22)	(0,22)
Outras Administradas pela SRF	0,23	0,41	0,40	21.907,8	0,53	25.742,2	0,57	26.267,8	0,58	29.371,4	0,64	28.181,4	0,62	25.312,1	0,56	20.949,8	0,47	27.558,2	0,55	6.608,3	0,09	(0,01)	0,03
Contribuição dos Servidores ao PSSS	0,22	0,23	0,23	9.291,6	0,22	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	11.544,7	0,23	1.248,4	0,00	0,01	0,01
Arrecadação Líquida do INSS (1)	5,39	5,62	5,62	245.891,9	5,94	266.296,4	5,87	274.068,9	6,08	269.300,0	5,89	269.300,0	5,89	267.510,0	5,89	270.510,0	6,03	314.075,3	6,31	43.565,3	0,28	0,45	0,38
Receitas Não Administradas	2,68	2,93	2,51	107.233,2	2,59	110.103,3	2,43	115.533,1	2,56	111.439,4	2,40	111.439,4	2,44	124.862,6	2,75	131.099,1	2,92	137.019,9	2,75	5.920,8	(0,17)	0,33	0,17
Concessões	0,20	0,10	0,03	3.938,3	0,10	1.753,5	0,04	2.253,5	0,05	1.753,5	0,04	1.753,5	0,04	5.568,5	0,12	4.653,5	0,10	3.323,0	0,07	(1.330,5)	(0,04)	0,03	(0,03)
Dividendos	0,44	0,82	0,59	19.962,4	0,48	20.427,0	0,45	20.427,0	0,45	19.836,7	0,43	19.836,7	0,43	23.512,4	0,52	26.512,4	0,59	26.311,8	0,53	(200,6)	(0,06)	0,08	0,05
Salário-Educação	0,29	0,30	0,29	13.115,5	0,32	14.318,7	0,32	15.553,5	0,34	14.318,7	0,31	14.318,7	0,31	14.618,7	0,32	15.618,7	0,35	16.324,3	0,33	705,6	(0,02)	0,01	0,01
Royalties/Comp. Financeiras	0,83	0,60	0,65	29.585,6	0,71	32.562,9	0,72	32.562,9	0,72	32.562,9	0,71	32.562,9	0,71	34.963,3	0,77	36.218,6	0,81	45.105,3	0,91	8.886,7	0,10	0,19	0,19
Demais Receitas	0,52	0,70	0,54	23.213,5	0,56	23.628,9	0,52	25.551,6	0,57	25.551,6	0,56	25.551,6	0,56	26.726,2	0,59	26.726,2	0,60	30.881,1	0,62	4.154,9	0,02	0,10	0,06
Receita Própria (fts 50, 81 & 82)	0,34	0,34	0,34	14.650,6	0,35	14.455,0	0,32	16.227,3	0,36	14.458,6	0,32	14.458,6	0,32	16.516,2	0,36	18.412,5	0,41	12.022,1	0,24	(6.390,4)	(0,17)	(0,08)	(0,11)
FGTS	0,06	0,08	0,07	2.767,5	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,06	2.957,2	0,06	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07	3.052,3	0,06	95,1	(0,00)	(0,00)	(0,01)
Operações com Ativos	-	-	-	-	-	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07	-	-	-	-	-	-	-	-	4.000,0	0,08	4.000,0	0,08	0,01	0,08
TRANSFER ESTADOS MUNICÍPIOS	4,20	3,70	3,53	163.040,6	3,94	185.665,9	4,09	189.540,5	4,20	182.614,9	3,99	182.692,6	3,99	181.200,0	3,99	176.267,7	3,93	203.031,2	4,08	26.763,5	0,15	(0,01)	0,15
FPE/FPM/PIEE	3,36	3,01	2,80	130.171,8	3,14	148.180,7	3,27	151.314,4	3,35	146.424,9	3,20	146.494,5	3,20	144.521,8	3,18	138.403,1	3,09	160.401,4	3,23	21.998,3	0,14	(0,04)	0,08
Fundos Regionais	0,09	0,09	0,08	3.786,2	0,09	5.166,2	0,11	5.166,2	0,11	4.862,4	0,11	4.867,1	0,11	4.092,9	0,09	3.745,4	0,08	3.734,9	0,08	(10,6)	(0,01)	(0,04)	(0,02)
Salário Educação	0,17	0,18	0,17	7.770,7	0,19	8.591,2	0,19	9.332,1	0,21	8.591,2	0,19	8.591,2	0,19	8.771,2	0,19	9.423,2	0,21	9.794,6	0,20	371,4	(0,01)	0,01	0,01
Compensações Financeiras	0,52	0,38	0,41	18.594,3	0,45	20.777,3	0,46	20.777,3	0,46	20.777,3	0,45	20.777,3	0,45	21.813,4	0,48	22.927,5	0,51	28.322,2	0,57	5.394,7	0,06	0,11	0,12
Cide-combustíveis	0,05	0,03	0,05	2.109,7	0,05	2.268,0	0,05	2.268,0	0,05	1.225,6	0,03	1.227,2	0,03	1.420,1	0,03	1.115,8	0,02	-	-	(1.115,8)	(0,02)	(0,05)	(0,05)
Demais	0,01	0,01	0,01	607,8	0,01	682,4	0,02	682,4	0,02	733,4	0,02	735,2	0,02	580,6	0,01	652,7	0,01	778,2	0,02	125,5	0,00	0,00	0,00
RECEITA LÍQUIDA	19,46	19,16	18,91	827.997,3	19,99	911.674,9	20,09	937.782,2	20,79	908.294,2	19,86	908.221,2	19,86	911.354,3	20,08	912.266,5	20,35	1.026.481,5	20,64	114.215,0	0,29	0,55	0,65
Memorando:																							
Produto Interno Bruto (R\$ Bilhões)	3.032,2	3.239,4	3.770,1	-	4.143,0	4.537,5		4.510,1		4.573,6		4.573,6		4.539,6		4.483,2		4.973,6					

Fonte: SOF; RFB; BGE; Banco Central do Brasil; Avaliações e decretos citados. Elaboração dos autores.

(1) A partir da Avaliação do 2º bimestre, a arrecadação previdenciária esta deduzida da desoneração estimada da folha prevista no art. 9º, da Lei 12.546, de 2011.



ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Despesas e Resultados Primários, 2008-2012

Discriminação	2008		2009		2010 sem Petrobras		2011		2012						2013		Diferenças da Proposta 2013 em Relação a														
	Realizado		Realizado		Realizado		Realizado		Proposta Orçamentária		Lei Orçamentária		Decreto 7.680/12 (Programação)		Avaliação 1º Bimestre (Dec 7.707)		Avaliação 2º Bimestre (Dec 7.740)		Avaliação 3º Bimestre (Dec 7.781)		Proposta 2013		Aval 3º Bimestre		Lei 2012		2011				
	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB		
TOTAL DAS DESPESAS	17,10	17,95	17,66	734.477,6	17,73	840.301,9	18,52	866.321,2	19,21	811.321,1	17,74	811.248,2	17,74	814.381,3	17,94	815.293,5	18,19	943.391,5	18,97	128.098,0	0,78	77.070,4	1,24								
Pessoal e Encargos Sociais	4,37	4,74	4,42	181.441,4	4,38	187.613,1	4,13	187.613,1	4,16	187.613,1	4,10	187.613,1	4,10	187.611,5	4,13	187.611,5	4,18	207.347,6	4,17	19.736,1	(0,02)	19.734,5	(0,21)								
Benefícios da Previdência	6,58	6,94	6,76	281.438,2	6,79	313.885,5	6,92	316.105,5	7,01	308.405,5	6,74	308.405,5	6,74	308.405,5	6,79	308.405,5	6,88	348.290,5	7,00	39.885,0	0,12	32.185,0	0,21								
Demais Desp Vinculadas ao Salário Mínimo	1,20	1,42	1,38	59.078,2	1,43	69.536,4	1,53	69.536,4	1,54	67.993,4	1,49	67.993,4	1,49	67.993,4	1,50	67.993,4	1,52	73.355,2	1,47	5.361,8	(0,04)	3.818,8	0,05								
Abono e Seguro Desemprego	0,67	0,83	0,79	34.173,4	0,82	39.575,4	0,87	39.575,4	0,88	39.575,4	0,87	39.575,4	0,87	39.575,4	0,87	39.575,4	0,88	40.045,9	0,81	470,5	(0,08)	470,5	(0,02)								
LOAS	0,46	0,53	0,54	24.904,8	0,60	29.961,0	0,66	29.961,0	0,66	28.418,0	0,62	28.418,0	0,62	28.418,0	0,63	28.418,0	0,63	33.309,3	0,67	4.891,3	0,04	3.348,3	0,07								
Renda Mensal Vitalícia - RMV	0,06	0,06	0,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Compensação Estados Exportadores ICMS	0,17	0,12	0,10	3.900,0	0,09	-	-	3.900,0	0,09	3.900,0	0,09	3.900,0	0,09	3.900,0	0,09	3.900,0	0,09	-	-	(3.900,0)	(0,09)	(3.900,0)	(0,09)								
Outras Despesas Obrigatórias	0,40	0,49	0,53	25.379,6	0,61	32.176,4	0,71	32.576,7	0,72	22.107,7	0,48	22.363,4	0,49	23.143,9	0,51	23.492,7	0,52	47.746,4	0,96	24.253,8	0,44	15.169,7	0,35								
Subsídios, Subvenções e Proagro	0,13	0,08	0,13	6.717,4	0,16	10.178,2	0,22	10.578,2	0,23	5.420,0	0,12	4.993,5	0,11	5.167,4	0,11	6.138,8	0,14	14.124,0	0,28	7.985,2	0,15	3.545,8	0,12								
Sentenças Judiciais - demais	0,05	0,06	0,07	2.989,1	0,07	3.780,4	0,08	3.780,7	0,08	3.780,7	0,08	3.780,7	0,08	3.782,3	0,08	3.782,3	0,08	4.357,3	0,09	575,0	0,00	576,6	0,02								
Fundef/Fundeb - complementação	0,10	0,16	0,14	9.328,9	0,23	10.571,5	0,23	10.571,5	0,23	10.571,5	0,23	10.571,5	0,23	10.571,5	0,23	9.883,7	0,22	10.712,7	0,22	829,0	(0,01)	141,3	(0,01)								
FDA/FDNE/SUDAM/SUDENE	0,01	0,01	0,04	898,8	0,02	1.653,6	0,04	1.653,6	0,04	-	-	326,7	0,01	930,9	0,02	996,0	0,02	-	-	(996,0)	(0,02)	(1.653,6)	(0,02)								
Fundo Constitucional do DF	0,02	0,02	0,01	679,6	0,02	1.152,4	0,03	1.152,4	0,03	1.152,4	0,03	1.152,4	0,03	1.152,4	0,03	1.152,4	0,03	1.238,6	0,02	86,2	(0,00)	86,2	0,01								
Fabricação de Cédulas e Moedas	0,02	0,03	0,02	935,1	0,02	1.041,8	0,02	1.041,8	0,02	341,8	0,01	341,8	0,01	341,8	0,01	341,8	0,01	1.117,6	0,02	775,8	0,01	75,8	(0,00)								
FGTS	0,06	0,08	0,07	2.767,5	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07	-	-	355,5	0,01	355,5	0,01	355,5	0,01	-	-	(355,5)	(0,01)	(2.957,2)	(0,07)								
Transf. Agência Nacional de Águas - ANA	0,00	0,00	0,00	161,5	0,00	255,9	0,01	255,9	0,01	255,9	0,01	255,9	0,01	256,7	0,01	256,7	0,01	299,2	0,01	42,5	0,00	43,2	0,00								
Amistados	0,00	0,00	0,00	192,0	0,00	195,0	0,00	195,0	0,00	195,0	0,00	195,0	0,00	195,0	0,00	195,0	0,00	208,0	0,00	13,0	(0,00)	13,0	(0,00)								
Benefícios de Legislação Especial	0,00	0,00	0,01	288,4	0,01	340,4	0,01	340,4	0,01	340,4	0,01	340,4	0,01	340,4	0,01	340,4	0,01	460,1	0,01	119,6	0,00	119,6	0,00								
Ap. Financeiro aos Municípios/Desonerações	-	0,06	0,03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.221,0	0,31	15.221,0	0,31	15.221,0	0,31								
Ressarcimento Est Mun - combustíveis fósseis	-	-	-	31,3	0,00	50,0	0,00	50,0	0,00	50,0	0,00	50,0	0,00	50,0	0,00	50,0	0,00	8,0	0,00	(42,0)	(0,00)	(42,0)	(0,00)								
Capitalização da Petrobrás pela União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Legislativo/Judiciário/MPU	0,19	0,17	0,18	7.001,9	0,17	8.565,5	0,19	9.075,9	0,20	9.113,9	0,20	8.744,7	0,19	8.820,2	0,19	8.820,2	0,20	9.404,1	0,19	584,0	(0,01)	328,2	0,02								
Subtotal das Despesas Obrigatórias	12,91	13,87	13,36	558.239,3	13,47	611.776,9	13,48	618.807,7	13,72	599.133,6	13,10	599.020,1	13,10	599.874,5	13,21	600.223,2	13,39	686.143,8	13,80	85.920,6	0,41	67.336,2	0,32								
Discricionárias - Executivo	3,73	4,08	4,30	176.238,3	4,25	227.163,4	5,01	246.151,9	5,46	212.187,5	4,64	212.228,1	4,64	214.506,8	4,73	215.070,2	4,80	257.247,7	5,17	42.177,4	0,37	11.095,8	0,92								
Outras Discricionárias (1)	3,47	3,53	3,72	143.179,0	3,46	194.867,1	4,29	220.008,1	4,88	211.159,7	4,62	211.160,6	4,62	212.700,8	4,69	212.764,2	4,75	225.513,8	4,53	12.749,6	(0,21)	5.505,7	1,08								
Créditos Extraordinários	-	-	-	5.036,8	0,12	-	-	-	-	484,0	0,01	523,8	0,01	1.262,3	0,03	1.762,3	0,04	-	-	(1.762,3)	(0,04)	-	(0,12)								
Reserva de Contingência / Orçamentária	-	-	-	-	-	6.187,8	0,14	35,3	0,00	35,3	0,00	35,3	0,00	35,3	0,00	35,3	0,00	6.733,9	0,14	6.698,7	0,13	6.698,7	0,14								
Programa de Aceleração do Crescimento	0,26	0,55	0,59	28.022,5	0,68	25.600,0	0,56	25.600,0	0,57	-	-	-	-	-	-	-	25.000,0	0,50	25.000,0	0,50	(600,0)	(0,17)									
Capitalização do Fundo Social	-	-	-	-	-	508,5	0,01	508,5	0,01	508,5	0,01	508,5	0,01	508,5	0,01	508,5	0,01	-	-	(508,5)	(0,01)	(508,5)	-								
Fundo Soberano do Brasil	0,47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	(0,04)	0,06	(0,04)	(1.622,1)	(0,04)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,04	
PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL																															
Resultado com PPI/PAC	2,31	1,27	1,21	91.897,6	2,22	71.373,0	1,57	71.461,0	1,58	96.973,0	2,12	96.973,0	2,12	96.973,0	2,14	96.973,0	2,16	83.090,0	1,67	(13.883,0)	(0,49)	11.629,0	(0,55)								
Resultado sem PPI/PAC	2,57	1,82	1,79	-	-	96.973,0	2,14	97.061,0	2,15	96.973,0	2,12	96.973,0	2,12	96.973,0	2,14	96.973,0	2,16	108.090,0	2,17	11.117,0	0,01	11.029,0	2,17								
Resultado Primário das Estatais Federais	0,12	(0,02)	0,02	1.717,0	0,04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(0,04)		
Resultado Primário da União	2,43	1,25	1,23	93.614,5	2,26	71.373,0	1,57	71.461,0	1,58	96.973,0	2,12	96.973,0	2,12	96.973,0	2,14	96.973,0	2,16	108.090,0	2,17	11.117,0	0,01	36.629,0	(0,09)								
Memorando																															
Deficit da Previdência	(1,19)	(1,32)	(1,14)	(35.546,3)	(0,86)	(47.589,2)	(1,05)	(42.036,7)	(0,93)	(39.105,5)	(0,86)	(39.105,5)	(0,86)	(40.895,5)	(0,90)	(37.895,5)	(0,85)	(34.215,2)	(0,69)	3.680,3	0,16	7.821,5	0,2								

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal; IBGE; Banco Central do Brasil. Avaliações e Decretos citados. Elaboração dos autores.

(1) Inclui doações e convênios de todos os poderes.